
NOVAS CARTAS PORTUGUESAS: RESSIGNIFICAÇÃO FEMININA ATRAVÉS DA LITERATURA

Dayana Jones Nascimento de Jesus (UNEB) *
Carla da Penha Bernardo (UNEB)**

RESUMO

A premissa básica deste artigo é discutir acerca da literatura e de seu papel fundamental como instrumento representativo de luta feminina. A discussão toca, primeiramente, à literatura enquanto representação social e ao modo como a obra literária expõe os conflitos políticos, sociais e históricos da coletividade, questionando-os. Em seguida, discute-se a respeito dos movimentos feministas, da ressignificação feminina e do modo como as mulheres passaram a ganhar voz e a lutar contra as imposições machistas estabelecidas pela sociedade. O foco do artigo é a análise de passagens do romance *Novas cartas portuguesas* para evidenciar como este representa a reformulação do papel assumido pela mulher, rompendo com os tradicionais paradigmas sexistas e de dominação masculina.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Representação social. Movimentos feministas. *Novas cartas portuguesas*.

* Graduanda do 7º semestre do curso de Letras – Língua portuguesa e literaturas da Universidade do Estado da Bahia, DCH, Campus I. E-mail: dayanajones06@hotmail.com

** Orientadora e Profa. Dra. Do curso de Letras – Língua portuguesa e literaturas da Universidade do Estado da Bahia, DCH, Campus I. E-mail: profliteraturaportuguesa@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A mulher sempre viveu sob o regime patriarcal, sexista e machista, que a considerava, hierarquicamente, como ser inferior, objetificado, desumanizado e submisso, devendo total obediência à família e ao marido. A literatura, por sua vez, no contexto repressor e ditatorial de Portugal, se mostrou como meio de denúncia e de exposição de ideologias, para expressar os conflitos sociais, históricos e políticos, visto que é através da escrita que se torna possível ressignificar a própria existência humana.

Nessa perspectiva, o livro *Novas cartas portuguesas*, escrito por mulheres e destinado a outras mulheres, possibilitou a busca pela libertação feminina, com o intuito de garantir que as vozes e a luta dessas mulheres ganhassem força na sociedade fortemente enclausurada às tradições patriarcais que as tornava inferiores.

No livro *Novas cartas portuguesas*, torna-se possível perceber o caráter social da literatura, através do qual as autoras denunciam a realidade feminina e a opressão social do governo de Marcelo Caetano, com a utilização dos discursos das teorias feministas e rompimento com os paradigmas e a tradição patriarcal, para conceder à mulher o direito de se perceber enquanto sujeito social, capaz de reescrever sua própria História. Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar a influência do romance selecionado na ressignificação da identidade feminina e o modo como o livro apresenta um forte engajamento em questões políticas e sociais de Portugal na década de 70.

2 ROMPENDO A TRADIÇÃO: A ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE LUTA CONTRA O SISTEMA POLÍTICO DITATORIAL PORTUGUÊS NA DÉCADA DE 70

A sociedade lusitana vivenciou um grande período sob os domínios de um regime ditatorial que destituiu a Primeira República portuguesa em 1926. O salazarismo, iniciado por António de Oliveira Salazar e influenciado por ideais fascistas, caracteriza a maneira pela qual o Estado Novo português foi constituído, marcado pela intensa insatisfação popular e também pela censura,

que coíbia as diversas formas de expressões sociais e artísticas, o que resultou, posteriormente, na Revolução dos Cravos. Devido a problemas de saúde, Salazar foi substituído por Marcelo Caetano, em 1968, que preservou os padrões políticos, econômicos e sociais de seu antecessor. Entretanto, os governos ditatoriais em Portugal tiveram como opositora de destaque a literatura, que se mostrou um instrumento de luta e resistência, para exposição dos problemas e as repressões sociais, símbolos do sistema político vigente nas terras lusitanas.

O clima de medo impregnava a sociedade portuguesa, e, para a ditadura, nada poderia influenciar a população negativamente nos aspectos políticos e sociais. Contudo, a censura preventiva não conseguia impedir, no primeiro momento, a publicação de livros, visto que ela ocorria sem a autorização prévia das autoridades. Estes, sendo considerados perigosos, eram retirados do mercado quando já tinham atingido certa parcela da população.

O governo caetanista ignorava as lutas sociais a favor dos direitos civis e femininos¹ que eclodiram na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 60. E, em 1971, no decorrer da produção do livro *Novas cartas portuguesas*, escrito por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, o sentimento coletivo, incluído o dos grupos feministas, era de injustiça e revolta social devido à guerra colonial e ao marianismo², o que evidenciava o desagrado da população com o que ocorria no país. Na sociedade portuguesa do início do século XX, o patriarcado foi reforçado pela retomada da *Carta de guia de casados*³, que fortaleceu a repressão sexual e social, intensificando a propagação do machismo. Havia muitas organizações com o objetivo de estabelecer a ordem e educar a população portuguesa, na tentativa de perpetuar, principalmente, ideologias que atribuíam à mulher a condição de assujeitamento, o que foi fortemente estabelecido pelo Estado e pela Igreja, reforçando-se a dominação e a supremacia masculina, o que, conseqüentemente, acarretou a repressão sexual

¹ Neste caso fazendo referência à mulher enquanto sujeito social e não às características tidas como elementos de feminilidade.

² Dogmas e doutrinas da Igreja Católica, derivados do culto à Virgem Maria, reforçando as desigualdades sociais e a superioridade masculina. Foi através do marianismo que a concepção de que as mulheres deveriam ser puras, obedientes aos maridos e completamente dedicadas à Igreja e ao lar ganhou força em Portugal.

³ Escrita por D. Francisco Manuel com o objetivo de definir os papéis sociais dos homens (como chefes da família, detentores do poder) e das mulheres (que estariam incumbidas de desempenhar uma função complementar ao marido).

e social das mulheres através das heranças patriarcais e da hierarquização sexual⁴.

Nessa atmosfera de repressão política e social, o livro *Novas cartas portuguesas* só foi publicado em abril de 1972 pela editora *Estúdios Cor*, com autorização da diretora literária, Natália Correia, que, mesmo tendo sido coagida a cortar trechos da obra, conseguiu publicar o livro integralmente. Entretanto, a censura recolheu e destruiu boa parte dos exemplares da primeira edição três dias após terem sido lançados. Contra as autoras foi instaurado um processo judicial em 25 de outubro de 1973 que, após diversos adiamentos, inclusive devido às condições de saúde de Maria Teresa Horta, só não teve continuidade devido à eclosão da Revolução dos Cravos.

O processo ocorreu, pois o livro foi considerado pela censura um propagador de conteúdos pornográficos que atentavam à moral e aos valores da sociedade portuguesa. O julgamento teve a cobertura de jornais internacionais e diversas manifestações feministas foram feitas a favor das autoras e do livro, provocando “uma onda internacional de apoio inédita na história da literatura portuguesa” (MENEZES, 2015, p. 2).

Ao utilizar a literatura como instrumento de denúncia dos problemas políticos, sociais e também da condição de subalternidade imposta às mulheres (herança sexista, machista e patriarcal), Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa ou as “Três Marias”, como são conhecidas, decidiram escrever as *Novas cartas portuguesas*, um livro de forte dimensão política e social, que tinha como objetivo desafiar e questionar as representações e os “papéis sociais e sexuais esperados das mulheres” (AMARAL, 2010, p. 15), para evidenciar as angústias das mulheres na sociedade portuguesa: “Que desgraça o se nascer mulher! Frágeis, inaptas por obrigação, por casta, obedientes por lei a seus donos, senhores sôfregos até de nossos males...” (BARRENO; HORTA; COSTA, 1974, p. 27). No período, as autoras já estavam inseridas no mundo da escrita, com publicações de obras que apresentavam engajamento social e refletiam sobre o papel assumido pela mulher em meio à ditadura salazarista e à forte opressão sofrida pelas mulheres, que não eram percebidas enquanto sujeitos sociais. As autoras, cada uma ao seu modo, transgrediram a tradição da literatura portuguesa, através da evidenciação do

⁴ Atribuição aos homens de um status social superior ao das mulheres.

inconformismo, tecendo críticas à sociedade, à condição e à moralidade socialmente imposta, analisando, principalmente, o silêncio no qual a voz das mulheres era encarcerada, para explorar o erotismo e a libertação destas na literatura. As “Três Marias” expõem os dramas da mulher e a prisão identitária estabelecida pela sociedade patriarcal – “Em salas nos queriam as três, atentas, a bordarmos os dias com muitos silêncios de hábito, muito meigas falas e atitudes” (BARRENO; HORTA; COSTA, 1974, p. 27) –, para fazer da literatura um manifesto contra a opressão feminina.

As “Três Marias”, fizeram do livro as *Novas cartas portuguesas* um mecanismo de exposição da violência e da subordinação sofridas pelas mulheres, para refletir sobre os espaços ocupados por elas e despertar a consciência social através do uso de uma linguagem inovadora, “desestabilizando e questionando noções convencionais” (MENEZES, 2015, p. 3), na tentativa de suscitar um enfoque social e político. A obra é vista, então, como um dos textos mais progressistas do século XX, considerado moderno por aludir ao erótico sob a ótica feminina, no objetivo de conceder maior visibilidade a um grupo marginalizado⁵, por seu engajamento político e social, colocando “[...] a literatura a serviço do povo [...]” (MOISÉS, 2008, p. 476). As *Novas cartas portuguesas* trazem ainda muitas características da literatura contemporânea, inclusive de sua vertente pós-modernista, com seus hibridismos, tornando fluidas questões como as de gênero literário, autoria, vozes do texto, intercessão temporal paródica e carnavalesca (o passado presentificado), bem como o trabalho formal, como aqui se vê: “MARIANA MÃEANA MEANA MINHA MEIA MIA (BARRENO; HORTA; COSTA, 1974, p. 304)”.

As “Três Marias” fazem da obra uma “cooperativa literária” (AMARAL, 2010 *apud* MACEDO, 2015, p. 105), e desconstroem as noções de autoria, visto que nunca foi possível saber quais trechos cada uma das “Marias” escreveu. É válido ressaltar que as *Novas cartas portuguesas* apresentam elementos polifônicos, pois exploram a pluralidade de vozes femininas, “[...] evocando os problemas gerais da relação homem-mulher [...]” (BESSE, 2006, p. 16), uma vez que, apesar de ter sido escrito pelas Três Marias, o livro “[...] é perpassado por

⁵ A parcela da sociedade que representa uma minoria, não no sentido de quantidade, mas no que se refere a determinado grupo social tido como inferiorizado ou que, de certa forma, não têm seus direitos à liberdade totalmente garantidos.

outras vozes, outras visões de mundo” (SOERENSEN, 2009). Neste caso, trata-se das vozes das mulheres portuguesas, prisioneiras da ditadura caetanista, do patriarcado e do machismo. É importante comentar a intertextualidade presente na obra, pois as “Marias” têm como ponto de partida o livro epistolar *Cartas portuguesas*, que foi publicado:

[...] anonimamente por Claude Barbin, em 1669, e apresentado como uma tradução, anónima também, de cinco cartas de amor endereçadas a um oficial francês por Mariana Alcoforado, jovem freira enclausurada no convento de Beja. A autoria das cartas era (e é ainda) polémica – com a crítica dividindo-se entre a própria Mariana e Gabriel-Joseph de Guilleragues –, mas o impacto que elas tiveram no século XVII continuou a fazer-se sentir ao longo dos séculos que se seguiram a essa primeira publicação. Sujeitas a constantes traduções e reedições em várias línguas, as cartas de Mariana seriam, trezentos anos depois, em 1969, publicadas em edição bilingue pela Assírio&Alvim, com o título *Cartas Portuguesas*, e em tradução de Eugénio de Andrade. Foi essa a edição utilizada por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (AMARAL, 2010, p. 15).

Desse modo, Barreno, Costa e Horta, ao iniciarem a concepção das *Novas cartas portuguesas*, escolheram como objeto de inspiração o livro *Cartas portuguesas* devido à imagem feminina que este apresentava: uma mulher que seguia os padrões sociais da época, enclausurada em um convento, sendo forçada a abdicar de seus prazeres, a renunciar a seu corpo, a sua sexualidade e a sua paixão pelo oficial francês. Assim, as autoras contemporâneas possibilitaram novos contornos às epístolas de Mariana Alcoforado, para evidenciar a atualidade dos conflitos sociais e psicológicos enfrentados pela freira de Beja e propiciar o rompimento de paradigmas que estabeleciam modelos de feminilidade, concedendo voz às mulheres, para conclamar sua conscientização e ressignificando suas existências e o direito de serem “sujeitos de si”⁶.

⁶ Ao interpretar e analisar os pensamentos de Deleuze acerca da constituição do sujeito, Mansano expõe a ideia de que este se constrói em si mesmo por meio de suas vivências; o que o constitui como sujeito de si, proprietário de seus pensamentos e subjetividade única. “Por isso mesmo, o sujeito não pode ser concebido como uma entidade pronta, mas ele se constitui à medida que é capaz de entrar em contato com essas forças e com as diferenças que elas encarnam, sofrer suas ações e, em alguma medida, atribuir-lhes um sentido singularizado. O sujeito, nessa perspectiva de análise, só pode ser analisado a partir de uma processualidade, de um vir a ser que não se estabiliza de maneira definitiva. Ele é construído à medida que experiência a ação das forças que circulam no fora, e que, por diferentes enfrentamentos, afetam o seu corpo e passam, em parte, a circular também do lado de dentro. Sob essa ótica, a produção do sujeito envolve um movimento que não conhece sossego, pois ele não está dado de uma vez por todas. Dessa maneira, ele pode ser sentido e percebido como uma existência particular e

3 MOVIMENTOS FEMINISTAS E A RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

Na literatura portuguesa, a escrita feminina, até o século XX, percorria tímidos caminhos. A figura feminina de maior destaque em terras lusitanas a partir do século XVII foi Sórora Mariana Alcoforado, com suas cartas de amor destinadas a Chamilly, oficial francês que serviu durante certo tempo em Portugal.

Em suas epístolas, a freira descreve sua paixão, as angústias de viver longe do amado, a clausura e os problemas de consciência moral diante da dúvida entre seguir a vida religiosa ou a vida amorosa. As *Cartas portuguesas* tornaram-se uma das obras mais notórias do Barroco português e, por isso, “[...] Novas cartas portuguesas apropriou-se do mito de Mariana Alcoforado, muito por conta de sua enunciação reiterada, mas em virtude, principalmente, da clausura religiosa [...]” (MENEZES, 2015, p. 5-6), e, ao serem retomadas pelas “Três Marias”, simbolizam a clausura feminina na sociedade portuguesa da década de 70.

Florbela Espanca, outra escritora portuguesa que merece destaque, publica seus primeiros poemas em 1919, mas só ganha visibilidade postumamente. Sua poesia pode ser considerada como precursora, na escrita feminina, dos impulsos eróticos e libertários, o que evidencia uma produção desnuda e o sofrimento por não ser compreendida pela sociedade em que se insere. Sórora Mariana Alcoforado e Florbela Espanca, cada uma em sua época, passaram a questionar seus mundos, para tentar ressignificá-los, e começam a “[...] refletir sobre as imagens construídas para si – imagens de devotamento, de submissão e de obediência – as quais foram solidamente assentadas pela tradição” (MAFRA, 2007, p. 7). Nessa perspectiva, as “Três Marias” resgatam, com traços contemporâneos, a figura de Mariana Alcoforado, rompendo, em *Novas cartas portuguesas*, os paradigmas que atribuíam às mulheres o papel de submissas não apenas aos maridos, mas também à própria sociedade, para fazer da literatura uma arma contra a opressão política e social.

histórica, à medida que desenha territórios subjetivos que são investidos desejanamente” (2009, p. 115-116).

De acordo com Mafra, “[...] a mulher portuguesa encontrou, no terreno intelectual da literatura das últimas décadas do século XX, o caminho para a repensagem identitária feminina [...]” (2007, p. 8). Portanto, a literatura portuguesa do período teve papel fundamental na representação do social, tendo como influência a repercussão dos movimentos feministas, constituindo-se como um meio de luta e propagação de ideologias para conceder visibilidade à subjetividade, aos anseios e à sexualidade das mulheres.

As *Novas cartas portuguesas*, até certo ponto, retomam características do Modernismo neorrealista ao preocupar-se com os injustiçados, os marginalizados, assim como o movimento literário, que se “[...] iniciou em 1940 e terminou em 1974” (MOISÉS, 2008, p. 391), e que deixou herdeiros ao possibilitar uma “[...] identificação do escritor com as forças transformadoras do mundo [...]” (PEREIRA, 1956 apud MOISÉS, 2008, p. 394), com o objetivo de restaurar a ideia de literatura social, literatura *engagée*, trilhando os caminhos do pensamento marxista.

Um questionamento contínuo nas *Novas cartas portuguesas* diz respeito ao pensar o papel da obra literária – “Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” (BARRENO; HORTA; COSTA, 1974, p. 253) –, para acreditar, assim, na noção de uma escrita impulsionadora, capaz de modificar a sociedade portuguesa.

Nesse sentido, como uma maneira de lutar contra a hierarquização sexual, o patriarcado, a dominação masculina e as imposições sociais que negavam o “ser mulher”, os movimentos feministas ganharam maior visibilidade e passaram a romper mais ativamente com os paradigmas de marginalização feminina a partir de 1960⁷, na França, liderados por mulheres que desejavam evidenciar ao mundo os problemas relacionados à questão de gênero e empoderar⁸ outras mulheres em defesa dos seus direitos e da igualdade social, tendo, assim como o neorrealismo, intensas referências e influências marxistas. Os movimentos feministas estavam sustentados na busca e no reforço da questão das múltiplas identidades, da afirmação das diferenças, da justiça social e democrática, igualitária para homens e mulheres. O que se denomina como feminismo seria, portanto, a manifestação social de um

⁷ A força do movimento se deu nessa época, mas ele foi concebido antes disso.

⁸ Processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.

posicionamento e de um agir político, que rompe com as tradições que categorizam o homem como um ser superior à mulher, e o combate a violência contra esta, lutando por direitos trabalhistas e pela garantia à saúde feminina.

O livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, considerado o manifesto pioneiro sobre o feminismo, retrata a problematização sobre a essência da mulher, o que é o “ser mulher” em uma sociedade que discrimina e rotula através das relações de poder, desvinculando o “ser mulher” do “sujeito social”, como se vê também na obra das feministas portuguesas, as *Novas cartas portuguesas*, onde se produz uma literatura como possível agente modificador do sistema patriarcal, para mostrar a necessidade de a mulher se fazer sujeito da sociedade e de si mesma.

A mulher compra máquinas de lavar e pode ir ao concurso de beleza mostrar o rabo e as pernas. Em que mudou a situação da mulher? De objeto produtor, de filhos e de trabalho dito doméstico, isto é, não remunerado, passou também a objecto consumidor e de consumo; era dantes como uma propriedade rural, para ser fecunda, e agora está comercializada, para ser distribuída. (BARRENO; HORTA; COSTA, 1974, p. 263).

Na obra *Novas cartas portuguesas*, as “Três Marias” não apenas resgatam a história de Mariana Alcoforado nas *Cartas portuguesas*, mas se apropriam dos ideais feministas para mostrar como as milhares de “Marianas” que viviam na sociedade portuguesa estavam aprisionadas, sob a renúncia e a negação de si mesmas, coagidas pelos modelos cristãos, patriarcais e sexistas. Sendo assim, as *Novas cartas portuguesas* propõem, com sua escrita ousada, a desmistificação da imagem da mulher ideal, obediente e submissa, ao permitir o empoderamento e a libertação das mulheres, mesmo em uma sociedade sob fortes influências da ditadura caetanista. Na obra, novas histórias vão concedendo o protagonismo de outras “Marianas, de Marias, de Anas, de Ana Maria, de Maria-Ana, ou ainda de outros nomes diferentes, mas todas de mulheres Marianas em seus destinos” (MAFRA, 2007, p. 8-9) ao utilizar a linguagem metafórica e ir além da estética literária para atuar na recepção do leitor, o que permitiu fazer do livro um instrumento de crítica política e social. Ou seja, através da literatura, nas décadas finais do século XX, a mulher portuguesa passou a questionar sua vivência no mundo ao redescobrir seu próprio “eu”. Desse modo, passou a perceber como a sociedade estava

fortemente dominada pelos homens, presa ao regime machista, sexista e misógino, sendo necessário modificar essa normatização socialmente imposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das discussões apresentadas neste artigo, evidenciou-se como a literatura representa e expressa as relações sociais, constituindo-se como um instrumento não apenas linguístico e estético, mas também social, político e histórico. Além disso, a literatura colaborou para que a mulher portuguesa, no século XX, repensasse sua própria existência, questionando todas as relações de poder a ela impostas, que lhe impossibilitavam ser “sujeito de si”, devido ao fato de estar inserida em uma sociedade fortemente marcada por hierarquizações e determinismos sociais.

As Novas cartas portuguesas serviram como instrumento de denúncia da condição de subalternidade e misoginia enfrentada pelas mulheres, expressão sexista e machista, fruto do contexto social e cultural. Mais do que isso: permitiram a ruptura de paradigmas que atribuíam à mulher uma categorização humana de inferioridade, trazendo para a literatura o forte engajamento feminista, político e social. Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa passaram a reconstruir, mesmo sob o regime caetanista e a censura da década de 70, em Portugal, novas representações sociais destinadas às mulheres, a partir da influência dos movimentos feministas e sociais, para possibilitar o protagonismo da mulher na literatura e reafirmar a identidade feminina e também a subjetividade da mulher portuguesa.

REFERÊNCIAS

BARRENO Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da. *Novas cartas portuguesas*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974.

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da. *Novas cartas portuguesas*. AMARAL, Ana Luísa (Org.). Breve Introdução. Portugal: D. Quixote, 2010, p. 7 – 31.

BEAUVOIR, Simone. A mulher independente. In: _____. *O segundo sexo*. V 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 449 – 484.

BESSE, Maria Graciete. As “Novas Cartas Portuguesas” e a contestação do poder patriarcal. *Latitudes*, nº 26, abril 2006, p. 16 – 20. Disponível em: <http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/26/17_26_04.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

FERREIRA, Carlos A. *A mulher na literatura portuguesa: sua imagem e seus questionamentos através do gênero epistolar*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-05052002-131458/pt-br.php>>. Acesso em jun. 2015.

MACEDO, Ana Gabriela. Novas Cartas Portuguesas 40 anos depois. *Diacrítica*, 2014, vol.28, n.2, pp. 105-108. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/dia/v28n2/v28n2a09.pdf>>. Acesso em out. 2015.

MAFRA, Telma Aparecida. *Marias e Marianas: relatos de coragem*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-07072008-094640>>. Acesso em jun, 2015.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 110-117. Disponível em: <<http://186.217.160.122/revpsico//index.php/revista/article/viewFile/139/172>>. Acesso em abr, 2016.

MENEZES, Raquel Goes de. “Novas cartas portuguesas”: um gesto de amor político a muitas mãos. *Abril – NEPA / UFF*, [S.l.], v. 7, n. 14, apr. 2015. ISSN 1984-2090. Disponível em: <<http://186.217.160.122/revpsico//index.php/revista/article/viewFile/139/172>>. Acesso em: 22 Out. 2015.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 2008.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora, 1996.

SOERENSEN, Claudiana. A Profusão Temática em Mikhail Bakhtin: Dialogismo, Polifonia e Carnavalização. *Revista Travessias*. 5 ed. 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3299>>. Acesso em: 22 out. 2015.